

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, reuniu-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Agrônômica, o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Adriano José Vanderlinde para presidir a Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 3º trimestre do ano de dois mil e vinte de forma virtual através do aplicativo Zoom, com transmissão ao vivo pelo Facebook da Câmara, de forma a evitar o aglomerado de pessoas em virtude da pandemia da COVID-19. Dando início aos trabalhos, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Sr. Gilliard Anderson Demarchi declarou aberta a Audiência Pública de Avaliação virtual das Metas Fiscais referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte. Em seguida, passou-se a palavra ao contador da Prefeitura Municipal, que agradeceu a presença de todos e deu início a sua explanação utilizando-se de powerpoint, para auxiliar e contribuir com a compreensão da apresentação. Num primeiro momento de sua apresentação reforçou que a audiência pública de Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na LRF, que de uma forma genérica, trata da avaliação das receitas, despesas e dívidas da Administração, conforme previsto no §1º do art. 1º e §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua realização é uma das formas de participação do povo e também é uma das formas da Administração Pública exercer o princípio da transparência, cumprindo com a legislação pertinente. Em seguida, explanou-se sobre as receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde, que totalizaram em R\$ 15.916.516,02, e as despesas próprias com ações e serviços, que totalizaram em R\$ 2.445.119,69. Com esse resultado, houve uma aplicação em saúde de 15,36% ficando acima da porcentagem exigida de 15%. Em seguida, foi demonstrado o índice aplicado na educação de 25,62%, em relação aos recursos obtidos através das receitas de impostos e das receitas de transferências legais e constitucionais, que totalizaram R\$ 16.551.365,84, onde o total de despesas foi de R\$ R\$ 4.240.084,95. Então, até o término do terceiro trimestre do exercício de dois mil e vinte se cumpriu com a exigência legal, que é de no mínimo 25% no exercício. Dando sequência a audiência, o contador da Prefeitura Municipal demonstrou que houve uma aplicação de 99,02% com os recursos destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, em relação aos recursos totais recebidos do FUNDEB, atendendo assim o mínimo que é de 60%. Assim, a receita foi de R\$ 2.351.139,51 e o total das despesas com o FUNDEB para fins de limite foi de R\$ 2.327.990,95. Em seguida, foi apresentado o comportamento das Metas de Arrecadação, sendo que a Receita Prevista foi de R\$ 24.084.855,74 e a Receita Realizada foi de R\$ 24.732.065,79. Uma diferença positiva de R\$ 647.210,05. Demonstrou-se em seguida que houve um Superávit Orçamentário Consolidado no valor de R\$ 1.664.422,07 referente a despesas liquidadas e um Superávit Orçamentário Consolidado de R\$ 1.446.511,37 referente a despesas empenhadas. Em seguida, fez-se a apresentação do comportamento da Receita Corrente Líquida, que contempla o somatório das receitas nos últimos doze meses, totalizando R\$ 21.570.499,79. Esclareceu-se que a Receita Corrente Líquida é tomada por base para se apurar os índices de Gastos com Pessoal. Os Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 3º trimestre de dois mil e vinte correspondeu a 46,63%, cumprindo assim com o limite de alerta que é de 48,60%, com o limite prudencial que é de 51,30% e com o Limite Máximo que é de 54%. O total das despesas com Pessoal do Poder Legislativo correspondeu à 3,39% da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim com todos os limites impostos pela LRF. Os Gastos com Pessoal do Município, onde se consolidam os dois poderes, somaram a importância de R\$ 10.551.924,24, correspondendo a 50,02% da Receita Corrente Líquida, demonstrando assim até o terceiro trimestre desse exercício o cumprimento do artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que o limite máximo anual de 60% para os Gastos com Pessoal é uma exigência a ser cumprida ao término do exercício. Seguindo a explanação, o Sr. Adriano fez uma demonstração das transferências financeiras realizadas no 3º trimestre de dois mil e vinte, onde para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência foi de R\$ 0,00, para o Fundo Municipal de Saúde foi de R\$ 2.510.152,12, para o Fundo Municipal de Assistência Social, foi de R\$ 568.392,04, para o Fundo Ambiental foi de R\$ 0,00, e para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 1.098.000, tendo sido devolvido ao executivo R\$ 134.722,40. Demonstrou-se também que os investimentos realizados ao término do 3º trimestre foram totalizados em R\$ 3.043.115,26, correspondendo a 36,53% do previsto para o exercício de dois mil e vinte, que é de R\$ 8.329.530,93. Ainda foram demonstrados os valores orçados na LOA para os programas do PPA e alterações orçamentárias para o exercício de dois mil e vinte totalizados na importância de R\$ 30.437.347,29, sendo que as despesas liquidadas foram de R\$ 23.067.643,72 ficando um saldo ao término do terceiro trimestre de R\$ 7.369.703,57. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada as apresentações das metas fiscais, referentes ao 3º trimestre do ano de dois mil e vinte. O Sr. Gilliard Anderson Demarchi declarou por encerrada a audiência pública. Fez-se então o devido registro da ata, a qual foi lavrada e assinada por mim  Erenice Wessler, ocupante do cargo de Oficial Nível Médio da Câmara de Vereadores de Agrônômica. Os demais assinaram no "Livro de Presença" totalizando 13 pessoas. Agrônômica/SC, 08 de março de 2021.

  
Erenice Wessler  
Chefe de Secretaria Executiva  
Matrícula N° 05